

→ continuação

10.2. Reserva legal: A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital social acrescido das reservas. Em 31/12/2021, foi constituído complemento de reserva legal no montante de R\$ 355, de modo que a reserva legal atingiu o limitador de 20% do capital social.

10.3. Reserva de lucros e reserva de lucros a realizar: O saldo de lucros acumulados é alocado à reserva de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e/ou Extraordinária (AGE). Em 31/12/2022, a Sociedade transferiu o saldo total da conta de lucros acumulados, no montante de R\$ 6.110 para a conta de reserva de lucros. Em 31/12/2021, os saldos totais das contas de lucros acumulados e reserva de lucros, no montante de R\$ 18.579, foram transferidos para a conta de reserva de lucros a realizar. Em 31/12/2022 e 2021, o total da reserva legal, da reserva de lucros e da reserva de lucros a realizar atinge os montantes de R\$ 24.327 e R\$ 20.144, respectivamente, superando o capital social integralizado em R\$ 16.501 e R\$ 12.318, respectivamente. A Administração da Sociedade avaliará ao longo do exercício a findar-se em 31/12/2023 se o excesso será integralizado ao capital social ou será utilizado na distribuição de dividendos, estando em consonância com a Lei 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações. A avaliação da Administração será levada aos acionistas através de deliberação em Assembleia. **10.4. Dividendos:** O estatuto da Sociedade prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, quando existir, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. Em 30 de abril, foram aprovados em Ata de Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos complementares no montante de R\$ 1.927, os quais foram pagos dentro do exercício de 2022. Em 31/12/2022 e de 2021, a Sociedade registrou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios nos montantes de R\$ 2.037 e R\$ 1.836, respectivamente. O montante de R\$ 2.037 será pago no decorrer do exercício a findar-se em 2023 e o montante de R\$ 1.836 foi pago dentro do exercício de 2022. **11. Receita líquida:** A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações de resultados é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta		
Receita de locação do ativo	16.851	15.316
Ajuste a valor presente do ativo financeiro	1.824	1.015
	18.675	16.331

Paulo Roberto de Oliveira - Diretor Presidente

Do Conselho de Administração e aos Acionistas da Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. - São José dos Campos - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A.		
	31/12/2022	31/12/2021
Deduções da receita		
PIS	(109)	(99)
COFINS	(506)	(459)
	(615)	(558)
Total da receita líquida	18.060	15.773
12. Despesas operacionais por natureza: Estão representadas por:		
	31/12/2022	31/12/2021
Despesas gerais e administrativas		
Serviços de terceiros	(48)	(42)
Seguros	(49)	(61)
Serviços do CSC (Centro de Serviços Compartilhados)	(129)	(100)
Impairment do ativo financeiro	(1.107)	261
Outras despesas	(28)	(14)
Total das despesas gerais e administrativas	(1.361)	44
13. Resultado financeiro:	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	763	238
Total das receitas financeiras	763	238
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(7.238)	(6.632)
Outras despesas financeiras	(2)	(1)
Total das despesas financeiras	(7.240)	(6.633)
Resultado financeiro líquido	(6.477)	(6.395)
14. Imposto de Renda e Contribuição Social: 14.1. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos: A Sociedade deixou de ser tributada pelo Lucro Real e passou a ser tributada pelo lucro presumido. Sendo assim, as disposições normativas que tratam do diferimento do lucro auferido na fase de construção da infraestrutura em virtude do reconhecimento de ativo financeiro representativo de direito contratual incondicional de receber caixa, quais sejam, artigo 36 da Lei nº 12.973, de 2014, e artigos 168 a 170 da IN RFB nº 1.700, de 2017, aplicam-se somente ao Lucro Real e esclarecem que o lucro auferido nessa fase poderá ser tributado à medida do efetivo recebimento das receitas contratadas. Paralelamente a isso, relativamente ao lucro presumido com base no regime de caixa, prevalece a regra de reconhecimento das		
receitas e resultados à medida do seu recebimento. Sendo assim, devido a mudança no regime de tributação, conforme citado acima, as perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões que não suportam as expectativas da Administração para o exercício corrente. As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração. 14.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social:		
	31/12/2022	31/12/2021
Receita de locação de ativos	16.851	15.316
Redução para base de cálculo	32%	32%
Base de cálculo	(5.392)	(4.901)
Receitas financeiras	(763)	(238)
Base de cálculo do lucro presumido	(6.155)	(5.139)
Base de cálculo adicional	(5.915)	(4.899)
IRPJ		
Alíquota - 15%	(923)	(771)
Alíquota adicional - 10%	(592)	(490)
Total do IRPJ no trimestre	(1.515)	(1.261)
CSLL		
Alíquota - 9%	(554)	(462)
Total da CSLL no trimestre	(554)	(462)
Despesa com IR e contribuição social	(2.069)	(1.723)
15. Lucro por ação: As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação.		
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro básico	8.147	7.699
Lucro líquido do exercício	8.147	7.699
Número de ações ao fim do período (em milhares)	7.826	7.826
Lucro líquido por ação - básico - R\$	1,041	0,984
Lucro diluído		
Lucro líquido utilizado na apuração do prejuízo básico por ação	8.147	7.699
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação (em milhares)	7.826	7.826
Lucro líquido por ação - diluído - R\$	1,041	0,984

Marco Aurélio Lima Fontoura - Diretor Técnico

Carlos de Loyola e Silva - Diretor Administrativo

Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro

e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos

Não há diferença entre o lucro básico e diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos. **16. Demonstrações dos fluxos de caixa:** A seguir, demonstramos as transações que não afetaram o caixa em 31/12/2022 e de 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos propostos e não pagos	2.037	1.836
	2.037	1.836

17. Cobertura de seguros: A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais. Adicionalmente, a Sociedade mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "todos os riscos" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram o contrato de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas. Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: riscos de engenharia, riscos patrimoniais, perdas de receita, responsabilidade civil e garantia de obrigações contratuais. Em 31/12/2022, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
Riscos operacionais	40.000

18. Eventos subsequentes: Em 8/02/2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinários nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram desse tema concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração da Sociedade avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC 24 - Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31/12/2022.

Rodrigo Basso - CRC 15P266229/O-8

que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria a suas respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 29 de março de 2023

IBDO
BDO RCS
Auditores Independentes S.S Ltda.
CRC 2 SP 027006/O-4 F

Marcos Vinicius Galina Colombari
Contador CRC 1 SP 262247/O-8

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>